

A PROPÓSITO DA RESPONSABILIDADE PELO RISCO NO REGIME APROVADO PELA LEI 67/2007, DE 31 DE DEZEMBRO: uma responsabilidade da função administrativa cada vez mais objectiva(da)?

0. Culpa e responsabilidade da função administrativa: um modelo evanescente?
1. Graus de objectivização da responsabilidade administrativa
2. Responsabilidade pelo risco e culpa *in vigilando* – um novo “arco” de imputação?
 - 2.1. Notas sobre dois casos “especiais” de culpa *in vigilando*
 - 2.1.1. O artigo 5º/c) da Lei 27/2006, de 3 de Julho (Lei de bases da protecção civil)¹
 - 2.1.2. O artigo 12º/1 da Lei 24/2007, de 18 de Julho (Define direitos dos utentes nas vias rodoviárias classificadas como auto-estradas concessionadas, itinerários principais e itinerários complementares)²

Lisboa, Maio de 2013

Carla Amado Gomes

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Professora Convidada da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

carlamadogomes@fd.ul.pt

<https://www.facebook.com/carlamadogomes?ref=hl>

¹ “Para além dos princípios gerais consagrados na Constituição e na lei, constituem princípios especiais aplicáveis às actividades de protecção civil:

(...)

c) O princípio da precaução, de acordo com o qual devem ser adoptadas as medidas de diminuição do risco de acidente grave ou catástrofe inerente a cada actividade, associando a presunção de imputação de eventuais danos à mera violação daquele dever de cuidado;...”

² “Nas auto-estradas, com ou sem obras em curso, e em caso de acidente rodoviário, com consequências danosa para pessoas ou bens, o ónus da prova do cumprimento das obrigações de segurança cabe à concessionária, desde que a respectiva causa diga respeito a:

- a) Objectos arremessados para a via ou existentes nas faixas de rodagem;
- b) Atravessamento de animais;
- c) Líquidos na via, quando não resultantes de condições climatéricas anormais”.

ELEMENTOS DE APOIO:

DOCTRINA

AMADO GOMES, Carla, **A responsabilidade civil extracontratual da Administração pelo risco: uma solução arriscada?**, in *Textos dispersos de Direito da responsabilidade civil extracontratual das entidades públicas*, Lisboa, 2010, pp. 83 segs

BROYELLE, Camille, **Le risque en droit administratif "classique": fin du XIXe, milieu du XXe siècle**, in *RDPSP*, 2008/6, pp. 1513 segs

CADILHA, Carlos,

- **Convolução da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito em responsabilidade pelo risco: Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 3 de Março de 2005, proc. 0745/04**, in *CJA*, nº 57, 2006, pp. 14 segs
- **Regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas**, Coimbra, 2008 (2ª ed.: 2011)

FOMBEUR, Pascale, **Les évolutions jurisprudentielles de la responsabilité sans faute**, in *AJDA*, 1999 (nº especial: *Puissance publique ou impuissance publique?*), pp.100-102

GUETTIER, Christophe, **Du droit de la responsabilité administrative dans ses rapports avec la notion de risque**, in *AJDA*, 2005/27, pp. 1499 segs

MARIGHETTO, Andrea, **La colpa e il rischio**, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, 2007, nº especial, pp. 197 segs

PIRES DE LIMA, António, e João de Matos Antunes Varela, **Código Civil Anotado**, I, 4ª ed., Coimbra, 1987, pp. 495-496 (anotação ao artigo 493º)

JURISPRUDÊNCIA

STA

Acórdão de 01/03/2005, proc. 01610/03
Acórdão de 3/03/2005, proc. 0745/04
Acórdão de 14/12/2005, proc. 0351/05
Acórdão de 24/02/2010, proc. 012/10
Acórdão de 1/02/2011, proc. 0838/10
Acórdão de 23/2/2012, proc. 01008/11

TCA-Sul

Acórdão de 15/12/2010, proc. 05125/09

Acórdão de 7/04/2011, proc. 02749/07

Acórdão de 4/10/2012, proc. 05164/09

TCA- Norte

Acórdão de 15/10/2009, proc. 02090/06.3BEPRT

Acórdão de 25/03/2010, proc. 00341/05.0BEPNF

STJ

Acórdão de 14 de Março de 2013, proc. 201/06.8TBFAL.E1.S1